

CORREIO POLÍTICO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



STF: medidas excepcionais em tempos excepcionais

Democracia brasileira no divã internacional

Divulgado no dia 27 de dezembro, portanto entre as festas de fim de ano, passou um pouco despercebido o relatório da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) a respeito da democracia brasileira e nossa liberdade de expressão. As 123 páginas do relatório assinado por Pedro Vaca Villarreal, porém, são uma importante radiografia sobre o país e suas instituições. De um modo geral, com boas notícias. Mas também com importantes alertas. A democracia brasileira ficou em perigo. E foi obrigada a fazer agir seu sistema de freios e contrapesos. Uma situação excepcional que exigiu atitudes excepcionais. O relatório, porém, aponta a necessidade agora de um reequilíbrio.

Brasil tem instituições fortes

A primeira constatação importante do relatório é que “o Brasil possui instituições democráticas fortes e eficazes”, que foram colocadas à prova com as tentativas de “deslegitimar os resultados eleitorais internacionalmente reconhecidos do período eleitoral de 2022”. O resultado dessa tentativa de deslegitimação foi a tentativa mais grave “de execução de um golpe de Estado”. O que levou à necessidade de reação especialmente do poder Judiciário,

Juca Varella/Agência Brasil



A forte polarização inibe o debate político

Tudo num contexto de polarização

Tudo aconteceu, porém, num contexto muito forte de polarização política, segundo o relatório. “A polarização das posições políticas e institucionais também afeta as interpretações do direito e das restrições à liberdade de expressão no Brasil e inibe o debate público construtivo”, observa Villarreal, em seu texto. “A Relatoria constatou que há quem, no Brasil, reconheça as nuances históricas e os dilemas relacionados à liberdade de expressão, mas se sinta inibido a participar do debate público”. O ambiente inibe a discussão política.

Autocrítica é coisa rara

Villarreal observa que a forte polarização tem feito com que as autoridades brasileiras se mostrem refratárias a críticas, atribuindo qualquer uma delas à disputa política. “As autoridades brasileiras, apoiadas por certos setores da sociedade civil, às vezes se mostram relutantes à auto-crítica”. Ou seja: as críticas ganham uma conformação de ofensa, de luta política.

POR
RUDOLFO LAGO

Supremo

Para a Corte da OEA, “o Supremo Tribunal Federal desempenhou um papel fundamental ao iniciar procedimentos para investigar e resolver essa situação”. Mas alerta: No entanto, também há preocupações de que essas medidas constituam uma concentração de poder”. Há críticas a algumas ações.

Imparcialidade

Uma discussão anotada foi quanto à imparcialidade dos ministros. “Se registraram críticas de que as investigações do STF não seriam adequadamente imparciais, pois o Tribunal, ou ministros específicos, seriam ‘vítimas’ e ‘juízes’ dos fatos em análise”. O STF pode em alguns momentos ter extrapolado.

Livre expressão

Para Pedro Vaca Villarreal, ao conduzir com firmeza as investigações e julgamentos, o STF pode ter extrapolado algumas medidas, especialmente quanto à restrição da liberdade de expressão. Por outro lado, o relator da Corte considera fundamental uma regulação melhor das redes sociais.

Pressão

“A Relatoria observa com preocupação a percepção de que as plataformas digitais se organizaram para impedir mudanças na regulamentação das plataformas digitais que lhes imporiam obrigações”, relata Villarreal. Por outro lado, algumas restrições precisariam de mais critério. O relator da OEA, assim, sugere ao final recomendações.

Recomendações

“Priorizar, como regra geral, a aplicação de limitações à liberdade de expressão em decisões judiciais finais sobre o mérito da causa” é uma. “Restringir o uso de medidas cautelares ou provisórias que limitem o direito à liberdade de expressão apenas a situações excepcionais comprovadas e com prazo definido”.

Sigilo

E critica também o uso do sigilo nos processos como rotina. “Restringir o uso do sigilo judicial a casos excepcionais”, recomenda. Fica claro, então, que a Corte entende que a situação foi excepcional e requereu ações excepcionais. Mas pondera que, para o bem da democracia, a exceção não pode virar regra.



Tarcísio alfinetou Lula: chamou ditador de “companheiro”

Políticos dividem-se sobre Venezuela

Direita aplaude intervenção dos EUA, esquerda critica

Por Rudolfo Lago

A polarização política do país voltou a dominar o debate, agora a respeito da ação do governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, na Venezuela, com a prisão do ditador Nicolás Maduro.

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os políticos do seu campo, à esquerda, condenaram a ação norte-americana, considerando-a a abertura de um precedente perigoso de intervenção na autonomia dos países latino-americanos. Enquanto isso, a maioria dos políticos de direita aplaudiu a ação, pelo fato de ela levar à deposição um ditador que afrontava a democracia em seu país.

Na manhã de sábado (3), logo após o governo Trump anunciar que tinha invadido a Venezuela e prendido Maduro, o presidente Lula divulgou uma nota por meio de suas redes sociais. Lula escreveu que a invasão da Venezuela ultrapassava “uma linha inaceitável”. Para o presidente, uma “afronta gravíssima”, um “precedente extremamente perigoso para toda a comunidade internacional”.

Ainda na manhã de sábado, Lula convocou uma reunião extraordinária no Itamaraty para discutir a situação. Medidas foram tomadas para garantir a tranquilidade na fronteira do Brasil com a Venezuela.

“Apoio explícito”

Ao comentar a prisão de Maduro, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) alfinetou Lula, dizendo que “uma ditadura não cai da noite para o dia”. Essa situação, segundo Tarcísio, decorre da “omissão, da convivência e até do apoio explícito de quem insistiu em chamar um ditador de companheiro”.

Candidatos à Presidência na disputa com Lula, os governadores do Paraná, Ratinho Jr (PSD); de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), comemoraram a ação dos EUA.

“Quero parabenizar o presidente Trump pela brilhante decisão de libertar o povo da Venezuela”, escreveu Ratinho Jr. “Que este 3 de janeiro entre para a história como o dia de libertação do povo venezuelano”, disse Caiado. “Que a queda de Maduro sirva para que o povo venezuelano finalmente reencontre paz, estabilidade e o caminho do desenvolvimento”, declarou Zema.

O contraponto ficou com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSD), que criticou Maduro, mas demonstrou preocupação com o ato dos EUA.

“Manifesto minha profunda preocupação com a escalada de tensão na nossa região”, escreveu o governador do Rio Grande do Sul.